

# Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio

ANDREIA PRESTES MASSENA<sup>1</sup>  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Moçambique é um país pouco conhecido no Brasil. Desconhece-se que foi colonizado por Portugal e que o idioma oficial é o português. As trocas culturais, apesar dos esforços governamentais através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, são, ainda, muito fracas.

Localizado na África Austral, no sudeste deste continente, Moçambique é banhado pelo Oceano Índico e faz fronteira ao norte com a Tanzânia, Malawi e Zâmbia, a oeste com o Zimbábue e a África do Sul e ao sul também com este último país. Moçambique apresenta grande diversidade lingüística. A maior parte da população vive no campo<sup>2</sup> e fala o emakuwa<sup>3</sup>. Entretanto, a língua oficial é o português, mais falado nas áreas urbanas. A religião com o maior número de adeptos é a católica, mas o número de seguidores das religiões muçulmana e zionista<sup>4</sup> chega bem próximo da católica; e ainda tem aqueles que seguem as religiões chamadas de “crenças tradicionais”.

Moçambique conquistou sua independência em 1975, quando a Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO), de influência socialista, alcançou o poder. Naquele momento, diversos brasileiros encontravam-se exilados em função do golpe civil-militar ocorrido no Brasil. Alguns optaram por viver o exílio neste país africano.

O Brasil passava por profundas transformações políticas no início da década de 1960. Em março de 1964 a instabilidade política aumentou no país. No dia 13, o presidente João Goulart proclamou as Reformas de Base. Dias depois, um grupo de marinheiros, reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, recusou-se a voltar aos quartéis e, por isso, foi acusado de desrespeitar

---

andreiaprestes78@yahoo.com.br

a hierarquia militar. No final do mês, grupos de civis que formavam a oposição ao governo, liderados por militares, instauram o golpe civil-militar no país.<sup>5</sup>

A partir desta data teve início no Brasil um sistema político que tentou, a todo o momento, acabar com a oposição ao governo imposto. Diversos políticos tiveram seus mandatos cassados e pessoas que atuavam em organizações consideradas de esquerda ou trabalhadores envolvidos com sindicatos passaram a ser procurados pela polícia, muitos foram presos e torturados.

Este quadro obrigou alguns brasileiros a deixarem o país. A perseguição política aconteceu de forma direta, com a cassação de mandatos e prisões, ou de forma mais sutil como, por exemplo, a demissão sem justificativa e a dificuldade de encontrar novo emprego. As motivações que levaram estas pessoas a procurarem outro país para viver são diversas, inclusive não só os perseguidos politicamente se exilaram, mas também pessoas insatisfeitas com o ambiente repressor instaurado no Brasil.

O exílio brasileiro do período da Ditadura Militar pode ser dividido em três fases e abrange indivíduos de diferentes gerações. A primeira fase de exílio aconteceu logo após o golpe de 1964 e envolveu tanto políticos experientes, que já atuavam antes do golpe, quanto militantes mais jovens. Nesta fase, quando partiam para o exílio, na maioria das vezes, já eram homens e mulheres maduros e definidos profissionalmente. O grande pólo de concentração dos exilados, neste momento, foi Montevideú, capital do Uruguai (Rollemberg 1999: 50).

A segunda fase está relacionada à geração de 1968 e foi formada por militantes mais jovens e críticos ao PCB, em grande parte provenientes do movimento estudantil e integrantes de organizações ligadas à luta armada. Esta geração tinha como referência o movimento estudantil, as greves, a luta armada e os seqüestros de embaixadores. Quando esses jovens partiram para o exílio ainda não possuíam uma profissão definida, foi então no exílio onde vivenciaram seus anos decisivos de formação como indivíduos e profissionais (Rollemberg 2007). Esta geração desprezou a de 64 e via-se como o recomeço; possuía uma postura crítica em relação às experiências anteriores de luta, acreditando que a derrota de 1964 estava associada aos erros cometidos pelo PCB. A geração de 64, por sua vez, considerava a de 68 sem rumo e sem futuro, um grupo de aventureiros.

Ambas tinham por objetivo, ao partirem para o exílio, permanecer na América Latina em função da proximidade com o Brasil. Neste sentido, o golpe militar em setembro de 1973 no Chile teve um grande significado, pois muitos brasileiros exilados neste país foram obrigados a deixá-lo e a se dirigirem a Europa. A partir de então, a volta ao Brasil tornou-se mais difícil e aumentou a percepção de que o período de exílio seria longo. Nos anos que antecederam o golpe militar no Chile, alguns brasileiros exilados ainda cogitavam a possibilidade de se reorganizarem no exílio para retornar e lutar no Brasil contra a Ditadura. No entanto, o golpe

no Chile e o desmantelamento de diversas organizações de esquerda no Brasil no mesmo ano de 1973 mostravam a impossibilidade desta idéia.

O projeto de construção do socialismo na África fortaleceu-se a partir da segunda metade da década de 70. Diversos fatores, tais como a língua, a posição política adotada e a valorização profissional, atraíam os exilados brasileiros para países africanos. Começou, então, a terceira fase, a qual é entendida por Denise Rollemberg como de migração no exílio. Nesta fase, uma das motivações foi o fator econômico, entretanto, isso não anulou as questões políticas que empolgavam e seduziam muitos exilados brasileiros, revalorizando as suas histórias, o seu passado, redefinindo as perspectivas. Queriam ir ver, atuar, participar, viver as transformações (Rollemberg 1999: 125). Os exilados brasileiros, neste momento, vinham em sua maioria de outros países e não do Brasil. Na Europa, a participação política estava restrita à denúncia dos crimes cometidos pelo governo brasileiro. Na África seria possível retomar a luta, viver e trabalhar em um país que tinha um projeto de governo socialista.

Na segunda metade do século XX, emergiu, em diversos países africanos, a luta pela libertação nacional. Angola e Moçambique, entretanto, foram as últimas colônias portuguesas na África a alcançar a independência. No início da década de 70, Moçambique ainda vivia a violência de ser uma colônia em pleno século XX, sofrendo as barbáries e a exploração de sua metrópole europeia.

Em 1961, foi criada a FRELIMO. Esta se formou em Dar es Salaam (Tanzânia), sendo constituída por moçambicanos expatriados que tinham como objetivo lutar contra o colonialismo português. Durante a década de 1960, a FRELIMO alcançou considerável crescimento, sendo afetada por conflitos e divisões internas. A maneira como se daria a independência era bastante discutida: de um lado havia os que advogavam uma insurreição armada e, de outro, os defensores de uma campanha política, contrários ao conflito armado. No campo ideológico também havia divergências, se alguns viam na FRELIMO um movimento de bases amplas em prol da independência nacional, outros estavam empenhados em transformá-la em um movimento pela revolução social.

A princípio a FRELIMO possuía um ideal de luta puramente nacionalista, entretanto, em seu desenvolvimento, ganhou a simpatia e o apoio de países socialistas na remessa de armamentos, medicamentos, transporte e uniformes, passando da luta meramente nacionalista para uma guerra de cunho político, militar e cultural contra o colonialismo português e favorável à instauração de um regime socialista (Abrahamsson e Nilsson 1993: 42).

As difíceis condições políticas e sociais vividas em Moçambique eram vistas, pelos membros da FRELIMO, como frutos de uma política colonialista apoiada pelos Estados Unidos. Assim, o socialismo se apresentava como algo novo e que poderia resolver os problemas deixados pelos anos de dominação portuguesa.

Em julho de 1975, consolidou-se a independência moçambicana e a FRELIMO, que a esta altura possuía um espaço de manobra considerável por receber forte apoio da população em função dos anos de luta empreendidos contra o colonialismo, subiu ao poder tendo como presidente Samora Machel<sup>6</sup>. Após a independência moçambicana, parte da elite portuguesa abandonou o país<sup>7</sup>, o que abriu um vazio de mão-de-obra especializada.

Nesse momento, diversos exilados brasileiros dirigiram-se para a ex-colônia portuguesa com a pretensão de contribuir com o processo socialista moçambicano. A essa altura, grande parte destes exilados já vivia em países europeus, onde, na maioria das vezes, eram desqualificados profissionalmente ou vitimizados, condição esta que incomodava aqueles que no Brasil desafiavam o regime militar.

Assim, considerando-se a terceira fase do exílio brasileiro, pesquisamos o período logo após a independência moçambicana (1975), quando iniciou a chegada de brasileiros neste país, até o começo da década de 1980, tendo em vista a Lei da Anistia<sup>8</sup> (1979) e o processo de reabertura política que levou grande parte dos brasileiros exilados a retornar ao Brasil. Apesar dessa Lei, nem todos os exilados voltaram neste período. Alguns adiaram o retorno, pois haviam finalmente alcançado uma vida estabilizada fora do Brasil, com a família adaptada. Outros temiam ainda o regime militar, que não havia terminado.

Foram entrevistados para este artigo quatro exilados, tendo-se como critério aqueles que residiam na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) ou próximo, pela facilidade de contato com a autora deste trabalho, mas também procurou-se selecionar entrevistados com trajetórias políticas e de vida pessoal diferenciadas, de modo que alguns deles saíram diretamente do Brasil para Moçambique enquanto outros já estavam exilados em diferentes países.

## **MOÇAMBIQUE: REVALORIZANDO A TRAJETÓRIA PESSOAL**

O Chile, no início da década de 1970, vivia a experiência do governo socialista de Salvador Allende. O país passava por uma efervescência política, nas ruas das cidades maiores a população discutia política. Para o exilado brasileiro, que saía de um ambiente autoritário, o Chile representava um país acolhedor.

No entanto, em 1973, foi dado o golpe militar no Chile. Este acontecimento representou um marco na trajetória dos exilados visto que, a partir de então, grande parte dos brasileiros perseguidos politicamente deixaria a América Latina, dirigindo-se, primeiramente, para a Europa e, posteriormente, na segunda metade da década de 1970, para países africanos, recém independentes.

A partir do final de 1973 e começo de 1974, o número de brasileiros vivendo na Europa em função de problemas políticos cresceu consideravelmente. O exílio foi vivido de formas diferentes em cada país europeu: em alguns locais recebia-se apoio direto do Estado, em outros eram organizações particulares que por eles se responsabilizavam. A forma como a sociedade os via e recebia também variou de um país para outro.

Segundo Rafton Nascimento Leão, um dos entrevistados para este trabalho, o exílio na Suécia não trouxe grandes dificuldades. Entretanto, em sua fala, percebemos que o afastamento de uma militância política mais direta era algo que o incomodava, que trazia um desconforto, apesar da estrutura oferecida pelo governo. Na Suécia, Rafton optou por trabalhar ao invés de estudar. No Brasil, em função do engajamento político, principalmente nos anos que antecederam o exílio, não trabalhava formalmente. Como em primeiro lugar estava a militância, seu sentimento era de que trabalhava para a organização a que pertencia, em nome de algo maior, que seria o processo revolucionário. Posteriormente, a vida clandestina na cidade do Rio de Janeiro o obrigava a circular pela cidade durante o dia, nos intervalos entre as reuniões ou encontros com pessoas do partido, fingindo possuir uma rotina de trabalho normal, para que não fosse alvo de desconfiança.

Somente no exílio, quando foi possível uma reflexão em relação às escolhas feitas e aos caminhos trilhados, a preocupação com a formação profissional foi retomada por Rafton. O trabalho, especificamente, surgia como uma necessidade, pois o contato com a família no Brasil era escasso e algumas organizações políticas, que poderiam apoiar financeiramente estes exilados, haviam se desmantelado.

Rafton não apresentou críticas às relações estabelecidas entre o governo sueco e o exilado e se referiu ao seu cotidiano neste país e à sua opção por Moçambique da seguinte forma:

Então, eu não queria fazer a minha vida na Suécia. (...) Apesar de ter conforto e de ter uma sobrevivência garantida. Por exemplo, eu exercia na Suécia um trabalho braçal. (...) Eu trabalhava no controle de qualidade e ganhava super bem. (...) E aí veio a possibilidade de ajudar e de participar de um processo de construção do socialismo. E quando apareceu a oportunidade eu poderia ter ido para Angola, que tinha uma situação mais conflituosa. Por sorte esse contato pessoal que eu tive me levou a Moçambique. Eu acho que foi uma experiência maravilhosa ter participado e ter vivido lá. Foi muito gratificante.<sup>9</sup>

Apesar do conforto e de algumas facilidades oferecidas pela Suécia, a distância de uma participação política mais efetiva incomodava Rafton. No Chile, país onde esteve exilado antes da Suécia, havia um envolvimento e um engajamento político. Assim, um país como Moçambique, recentemente independente e com a opção política pelo socialismo, necessitando de mão-de-obra especializada, tornou-se um atrativo.

Esse sentimento também afetou o entrevistado Beluce Bellucci, que em um primeiro momento se exilara na França; mesmo que haja diferença entre o exílio francês e o sueco. Viver na França, antes do golpe militar no Chile, era mais difícil, o governo deste país procurava restringir o número de exilados latino-americanos, o que fez com que alguns brasileiros tivessem o pedido de asilo político negado. Apolônio de Carvalho, por exemplo, apesar de ter sido condecorado como Herói da Resistência Francesa por sua luta na França contra o fascismo na década de 1940, ao ser banido pelo governo brasileiro, no final da década de 60, teve, em um primeiro momento, seu pedido de visto negado pelo governo francês. Após o golpe no Chile, entretanto, esta relação se transformou e um número maior de exilados conseguiu se estabelecer naquele país. Isso não significa que as restrições do governo tivessem acabado, é importante lembrar que o número de latino-americanos buscando asilo político também havia aumentado e a França acolhia principalmente aqueles que vinham direto do Chile (Rollemberg 1999: 115-116).

Bellucci se encontrava no Sul do Chile quando aconteceu a queda de Salvador Allende. Foi preso, mas conseguiu que o enviassem para a Argentina. Por ter saído do Chile para a Argentina, teve dificuldades em conseguir asilo na França. Em 1974, dirigiu-se à Argélia onde, através de contatos ligados à sua organização política, conseguiu ir para a França. Segundo o próprio Bellucci, esse país oferecia melhores condições de adaptação em relação a outros países se levarmos em consideração a questão do idioma. Outro ponto importante é que a França vivia, nesse momento, uma efervescência política, havia uma intensa discussão sobre os rumos do socialismo, o que poderia facilitar a adaptação destes brasileiros que possuíam uma trajetória de militância política.

Em certos assuntos, não é sobre toda a realidade brasileira, mas sobre certos assuntos, os assuntos de política sobretudo, na época da grande repressão, da grande censura, nós lá tínhamos o privilégio de saber mais coisas do que muita gente aqui (no Brasil). Em Paris você tinha o contato com os militantes dos países árabes, com os palestinos. Você tinha contato com os africanos, com os do MPLA, da FRELIMO, com os portugueses que tinham acabado de fazer sua revolução dos Cravos, você tinha contato com os Tupac-

amamos. As organizações de esquerda chilenas todas estavam lá. Os movimentos da América Latina, apesar de estarem débeis neste momento, estavam lá.<sup>10</sup>

Em maior grau, considerando-se a realidade vivida na Suécia, na França conviviam-se com exilados de diferentes países e organizações políticas, o que criava um ambiente de debates políticos intensos nas ruas, facilitando a adaptação. No ambiente francês estes brasileiros eram tratados oficialmente como refugiados, recebendo o documento da ONU. Entretanto, se nesse país existia uma efervescência política que poderia ajudar a adaptação, a obtenção de emprego era mais complicada que na Suécia. No primeiro ano de exílio na França, Bellucci conseguiu uma bolsa de estudos através do governo francês e, com essa renda, relativamente baixa, vivia com a esposa e a filha recém nascida.

Por outro lado, esta efervescência política não impedia que os franceses olhassem para estes exilados como vítimas, e isso incomodava estas pessoas que tinham toda uma trajetória de militância política. A história pessoal desses indivíduos seria mais valorizada nos países africanos que passavam por um processo de luta pela independência. Retornar ao Brasil para reorganizar a luta ficava cada vez mais difícil, era preciso reestruturar a vida no estrangeiro, construir, buscar maior estabilidade, apesar da instabilidade da vida do exilado.

Em Moscou (Rússia), a vida cotidiana era diferente da dos países anteriormente citados. João Massena Melo Filho saiu do Brasil para estudar nessa cidade no início de 1970, quando seu pai, membro do Comitê Central do Partido Comunista foi preso.

Como a saída do Brasil para Moscou foi voluntária, motivada pelo ambiente autoritário, a princípio não havia nenhum impedimento legal para o seu retorno. Entretanto, ao se formar pela Universidade Patrice Lumumba, em Moscou, após oito anos vivendo nesta terra, tinha receio de regressar ao seu país, pois o regime militar ainda estava forte.

O período em que viveu em Moscou foi marcado por uma atuação política junto aos estudantes brasileiros da universidade onde estudou. As atividades ligadas ao Partido eram voltadas para a formação política dos estudantes e incluíam leituras e debates de textos políticos. A Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, criada em 1960 pelo dirigente soviético Nikita Krushev, reunia estudantes de diversos lugares do mundo, principalmente os de países pobres, e tinha como um de seus objetivos a formação de quadros que, ao retornarem aos seus países de origem, iriam contribuir com a organização dos partidos comunistas e do processo revolucionário. Dentre as aulas ministradas, independente do curso escolhido, eram obrigatórias as aulas de marxismo-leninismo. A seleção dos alunos brasileiros que estudariam na Universidade

Patrice Lumumba era feita pelo PCB e sua inscrição através do Comitê Central do Partido ou através do Instituto Cultural Brasil – URSS, um órgão do PCB. A estada e os estudos eram pagos pelo governo russo. Além do caráter ideológico, estudar em Moscou neste período possibilitava uma ampliação da visão de mundo, pois esta universidade recebia alunos de vários países latino-americanos, africanos e asiáticos, provocando a troca entre pessoas de diferentes nacionalidades e provenientes de realidades políticas diversas.

Em Moscou, João Massena Melo Filho casou e, de seus quatro filhos, três nasceram neste país. Após se formar no curso de Química, ciente das dificuldades de retorno à terra natal, mudou-se, em 1978, para Moçambique. Alguns brasileiros que haviam regressado anteriormente ao Brasil foram parados ao desembarcarem no aeroporto e interrogados pela Polícia Política. Além disso, o reconhecimento do diploma da Patrice Lumumba havia sido negado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) no Brasil. A única opção aos estudantes estrangeiros graduados nas universidades russas e que quisessem permanecer em Moscou era continuar estudando em cursos de pós-graduação, não sendo possível conseguir emprego. Essa era uma forma de dificultar a permanência na cidade após a formação acadêmica e estimular a volta ao país de origem, pois só assim os objetivos da formação destas pessoas para o governo russo seriam alcançados, ou seja, estes indivíduos se transformariam em quadros políticos dentro do PCB e dos sindicatos em que atuariam, fazendo, também, propaganda política do governo russo.

Para João Massena Melo Filho a escolha de morar em Moçambique está relacionada ao impedimento de voltar ao Brasil, à procura por um local que tivesse o clima e o idioma mais próximos ao brasileiro, mas, também, às questões políticas, à possibilidade de participar do processo de construção do socialismo.

Os motivos que levaram Íon Sá Weber a Moçambique não se limitaram a questões de emprego. Em 1975, foi preso com outros aeronautas que também possuíam um envolvimento político, ficando dois meses no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Após ser libertado, as dificuldades de conseguir colocação no mercado de trabalho se ampliaram.

Em 1977, Weber saiu do país em direção a Moçambique. No desenvolvimento da entrevista, em diversos momentos, Weber afirmou que não era um exilado, não se enxergava enquanto tal, pois sua saída do país não foi clandestina. Contudo, dentro de nossa definição Weber é exilado, pois sofria perseguição política, não tinha estabilidade na vida profissional, sendo inclusive preso e acusado de crime político. Entendemos como exilado aquele que sai do país por ser direta ou indiretamente perseguido, mas também aquele que é motivado por questões políticas ou que não suporta o ambiente autoritário instaurado. Levando em consideração esta definição, classificamos Weber como exilado, pois este era

indiretamente perseguido, na medida em que não conseguia se manter empregado em sua área de atuação.

O contato com o PCB e a sua atividade sindical trouxeram dificuldades de sobrevivência no Brasil durante o regime militar. Não conseguia se estabilizar financeiramente, a cada momento estava trabalhando em uma empresa diferente e em uma outra região do Brasil. A prisão reafirmou a necessidade de sair do país. Sua trajetória é distinta da dos anteriores. Weber não foi obrigado a viver clandestinamente no Brasil e saiu legalmente do país, mas o regime militar havia-lhe imposto mudanças, trouxe insegurança, temores. Continuar no Brasil significava conviver com a incerteza, com o medo, com a instabilidade.

No exterior, a identidade do exilado foi construída aproximando o brasileiro do moçambicano, valorizando-se um passado colonial comum, o clima e a língua. No momento em que Moçambique se tornou independente, os exilados procuravam alcançar uma maior estabilidade e se aproximar novamente da vida política.

Em Moçambique havia uma oferta grande de cargos que exigiam uma formação universitária ou mesmo técnica, o que possibilitava ao indivíduo um emprego na área em que havia se graduado ou especializado. Essa necessidade de mão-de-obra especializada e disposta a reconstruir o país tem duas causas principais: após a independência diversos portugueses e descendentes se mudaram para o continente americano, asiático ou retornaram a Portugal, deixando seus cargos vagos; e em paralelo, grande parte da população moçambicana, durante o período colonial, teve pouco acesso a educação e estava afastada da participação em cargos administrativos.

Com a revolução de Abril de 1974 em Portugal, empreendida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), iniciaram-se as conversações sobre como se daria a independência moçambicana. Mesmo após estas transformações em Portugal, a FRELIMO manteve a guerra por mais três meses, recusando-se a aceitar o cessar-fogo. Em setembro de 1974, o MFA e a FRELIMO assinaram o acordo de Lusaka, permitindo a transferência do poder para esta última organização, sem eleições prévias, e a instauração de um governo provisório, que foi mantido no poder durante nove meses. Estes acontecimentos contribuíram para o início, antes mesmo da independência, da saída de parte dos portugueses e moçambicanos que formavam a mão-de-obra especializada do país, que trabalhavam nas universidades e hospitais, como também das pessoas que constituíam a administração do governo no período colonial, todos temerosos em relação às opções políticas da FRELIMO (Newitt 1997: 462) e de sua aproximação com países socialistas.

Apesar de Moçambique oferecer algumas facilidades se compararmos com os países europeus, tais como o idioma português e o clima mais próximo ao

brasileiro, outras dificuldades apresentavam-se ao se mudar para este país. Os salários pagos pelo governo moçambicano eram baixos, o país atravessava uma série de dificuldades financeiras, não era muito desenvolvido industrialmente e faltavam diversos produtos tais como roupas e alguns tipos de alimentos. As famílias recebiam uma cota mensal de alimentos, dependendo do número de filhos. Um ponto interessante, relacionado com este último aspecto mencionado, chamou a atenção nas entrevistas: os brasileiros, quando falavam a respeito dos choques culturais, mencionaram como marcante o fato de Moçambique não ser uma sociedade de consumo, colocando que a falta de alguns produtos criava laços diferentes de amizade, irmanava mais as pessoas. Como se estava inserido em uma realidade de luta política, alguns problemas cotidianos, neste primeiro momento, eram compreendidos pelos exilados. Essa postura pode ser percebida também em outros aspectos da vida moçambicana e aponta para a presença de uma moral no seio deste grupo, que tende a aceitar determinados problemas, compreendendo que estes existem em função do processo ao qual se está inserido.

Célia Nunes, exilada brasileira que havia pertencido à Ação Popular (AP) no Brasil, viveu no Chile, na Argentina, na França, chegou em Moçambique em fevereiro de 1977 e retornou ao Brasil definitivamente somente em 1992. No período de exílio, casou-se com o brasileiro Beluce Bellucci, também entrevistado neste trabalho. No final da década de 1980, com o fim do projeto socialista da FRELIMO, Célia Nunes procurou analisar os motivos que levaram a esse fracasso. Em livro, lançado após o seu falecimento, baseado em sua tese de doutorado, defende que os erros cometidos por Moçambique não são específicos da realidade moçambicana, mas são erros que os regimes socialistas, de uma forma geral, cometeram no século XX. Em Moçambique, por exemplo, ensinava-se, no curso de gestão de empresas, a teoria do valor,

tinha que ensiná-los a calcular o custo da produção dos bens que produziam, ensiná-los, em suma, a pensar no quadro da racionalidade econômica. E os fundamentos teóricos sobre a elaboração do custo de produção se assentavam na teoria do valor. Mas, não era justamente contra ela que nós havíamos lutado? (Nunes 2000: 18).

Aponta, assim, que os problemas estão relacionados ao tipo de socialismo colocado em prática no século XX que, contraditoriamente, utilizava, em alguns aspectos, valores inerentes ao sistema capitalista, e não a especificidades do socialismo implementado em Moçambique ou a problemas regionais.

Beluce Bellucci defendeu, em sua entrevista, a idéia exposta no livro de Célia, ao afirmar que acredita que os erros cometidos pela FRELIMO não estão

relacionados a faltas específicas cometidas pelo governo moçambicano, mas a uma visão de socialismo, muito difundida no século XX e defendida inclusive pela antiga URSS. Assim como aconteceu com Célia Nunes, essa concepção surgiu posteriormente, quando o projeto socialista já estava praticamente liquidado. No período inicial em que viveu em Moçambique, ou seja, na segunda metade da década de 1970 e início de 1980, não existia uma crítica em relação ao governo moçambicano. Essa ausência de uma visão mais crítica aconteceu por diferentes motivos: a crença novamente de estar envolvido em um projeto político que dava sentido a toda uma trajetória de vida; ao fato de este ser um país acolhedor; e a forte propaganda política empreendida pela FRELIMO.

Os anos de luta no Brasil, que haviam desencadeado o exílio, e sua trajetória pessoal ganhavam peso, eram valorizados. Podemos colocar a questão política como principal motivadora, já que neste momento, vivendo na Europa, muitos exilados estavam distantes de uma participação política ativa ou afastados dos motivos que os haviam levado a sair do Brasil. Além disso,

Quem se exilava na África, em meados da década de 1970, não ia mais como um anônimo, um refugiado em fuga, tangido. (...) No contexto de reconstrução dos países africanos, os brasileiros eram revalorizados como exilados de uma ditadura, longe portanto de uma imagem infantilizada de refugiado que afligia a tantos na Europa (Rolleberg 1999: 126).

A percepção das diferenças entre a participação política que se tinha na Europa e aquela que se teve em Moçambique mostra como a opção pelo socialismo neste último país foi fundamental na escolha do local de exílio. Ao perceberem o período de exílio se estendendo, em meados da década de 1970, estes brasileiros optaram por viver em um país onde suas trajetórias de militância política seriam valorizadas, onde teriam novamente um envolvimento político ampliado diante da possibilidade de viver em um país recentemente independente, que optava pelo socialismo e que, neste processo, necessitava de mão-de-obra qualificada. Assim, segundo João Massena:

Não, não tem nenhuma motivação econômica, até porque o acordo de colaboração que existia entre a FRELIMO e o Partido Comunista Brasileiro era que nós teríamos direito a um vencimento, se não me engano, de 250 dólares e mais uma parte em metical, que era a moeda local. Quero dizer, era um salário muito baixo. (...) Então não havia assim aquele chamamento, aquela coisa do salário, mas havia realmente aquele sonho, aquela coisa que ficou nossa desde

o Brasil de participar da construção de um governo popular em um país que vai para o socialismo. Nosso sonho ou utopia ou... quero dizer, aventura, isso em todos os brasileiros, independente até se vinham da França ou do Brasil, havia isso muito forte.<sup>11</sup>

Alguns brasileiros dirigiram-se para a África através de acordos com a ONU. Eles possuíam alguns privilégios em relação aos demais, recebendo salários em dólares e muito superiores aos do governo moçambicano. Esse, entretanto, não é o caso de nenhum dos entrevistados para esse trabalho.

Essa esperança depositada em Moçambique, após o sentimento de derrota do projeto político brasileiro causado pelo exílio, e a identidade construída em relação a este país africano trouxeram dificuldade de análise da realidade política moçambicana e de formulação de críticas a determinadas posturas tomadas pelo governo.

Diferente dos demais entrevistados, Íon Sá Weber saiu direto do Brasil para Moçambique. Em seu depoimento coloca a questão política como um fator importante que o levou a viver neste país africano. Associa, também, a demanda por emprego, pois no Brasil não conseguiria se manter em sua área de conhecimento, a aviação, sendo constantemente demitido. Em Moçambique, além de continuar trabalhando como aviador para o governo moçambicano, transportando inclusive o próprio Samora Machel, presidente moçambicano, contribuiria com seus conhecimentos para o desenvolvimento de um país cuja trajetória política apoiava.

## **O COTIDIANO EM MOÇAMBIQUE, AS FORMAS DE LUTA E OS ESTRANHAMENTOS**

Por serem de gerações distintas, os exilados entrevistados para este trabalho possuem marcos, que influenciaram a opção política, diferenciados. Alguns exilados, principalmente aqueles ligados a grupos que defendiam a estratégia da luta armada, perderam o contato com suas organizações originais. Procuraremos analisar, então, se há relação entre a organização política a qual o exilado pertencia no Brasil e a atividade política que vivenciou posteriormente em Moçambique, ressaltando inclusive se a ligação destes com suas organizações brasileiras se manteve. Dessa forma, buscaremos compreender se as diferenças em relação à ação política exercida em Moçambique por cada entrevistado está relacionada com o fato de estes pertencerem a distintas organizações também no Brasil. Além disso, também refletiremos sobre a vida cotidiana em Moçambique, as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia e os choques culturais sofridos.

No início da década de 70, algumas organizações políticas, principalmente as ligadas à luta armada, sofreram consideráveis derrotas, tendo um grande número de militantes preso ou assassinado pelos militares. O contato entre os exilados e suas organizações de origem foi escasso ou simplesmente não aconteceu, em função do desmantelamento de muitas organizações e, também, porque para alguns o exílio representava uma ruptura com o grupo político. Nesse momento, a visão sobre como se dariam as transformações para uma sociedade socialista se modificaram.

Assim, os exilados provenientes de organizações ligadas à luta armada possuíram uma vivência de exílio em Moçambique distinta. Primeiramente, dirigiram-se para esse país através de contatos pessoais, como foi o caso de Rafton e Bellucci, e não oficialmente através de uma organização política, como ocorreu com alguns dos brasileiros ligados ao PCB. Além disso, na ex-colônia portuguesa, enquanto os exilados ligados ao PCB participavam de discussões políticas e formavam uma célula deste partido para discutir as notícias recebidas do Brasil, Rafton, ex-militante de grupos ligados à luta armada, ressalta que sua participação política em Moçambique dava-se de forma individualizada e independente, sem estar atrelado a qualquer grupo ou organização política, brasileira ou moçambicana, como coloca no trecho abaixo:

Particpei várias vezes das coisas que a FRELIMO fazia. Não tinha uma atividade política com uma organização. O núcleo de brasileiros, por exemplo, não tinha um núcleo que se organizava como núcleo. Agora, como indivíduos, todo mundo participava das coisas. Tinha uma coisa na universidade, se eu soubesse ia lá. Mas não tinha uma participação como núcleo: ‘O núcleo de brasileiros vai fazer isso’. Isso realmente não teve no período em que eu estava lá. Depois tinha quando o pessoal do Partido [PCB] foi para lá, porque aí já eram diferentes as relações deles com a FRELIMO. O resto da turma que convivi era desorganizado.<sup>12</sup>

A participação política acontecia individualmente, nos locais de trabalho por exemplo, e não era feita via alguma organização ou representação de brasileiros. Os brasileiros, apesar de se encontrarem em festas organizadas por alguns exilados ou em teatros e manifestações promovidas pela FRELIMO, onde eram identificados enquanto um grupo em função do país de origem e da condição de exilados, não formavam um grupo coeso politicamente. Havia indivíduos de diferentes influências ideológicas participando e se envolvendo na vida política moçambicana de formas e graus distintos. Como não existia contato com as organizações de origem Rafton e também aqueles que haviam

militado em organizações ligadas à luta armada ficavam sabendo dos eventos através de conhecidos.

Célia Nunes, também proveniente de organizações ligadas à luta armada, afirmou que a sua participação política em Moçambique “(...) restringiu-se a pouco mais do que executar as tarefas do Partido da FRELIMO. Eu observava a realidade para melhor executar uma ação. Era, como dizíamos no Brasil entre a esquerda, uma ‘simples tarefeira’” (Nunes, 2000: 18). Apesar de Moçambique representar a volta à participação política, essa se dava de uma forma limitada, visto que este era um país de acolha, e diferente da vivenciada no Brasil nos anos anteriores ao exílio. No Brasil, estes exilados atuavam de forma mais efetiva dentro de suas organizações políticas ou nos grêmios estudantis e sindicatos, onde participavam de debates teóricos em que se discutia a situação política brasileira e as formas de resistência possíveis.

Através das entrevistas foi possível perceber que a participação política exercida anteriormente no Brasil não determinou o relacionamento criado entre os brasileiros em Moçambique, não os separava nas manifestações de apoio ao governo ou nos eventos culturais. Estes se reuniam freqüentemente para se divertir, participar de festas ou eventos organizados pelos brasileiros ou pela própria FRELIMO. No estrangeiro o sentimento em relação ao Brasil transformava-se, a pátria era vista de uma forma mais romântica e determinados aspectos culturais, como a culinária e a música, eram muito valorizados.

A atuação política em Moçambique relacionava-se à esfera do trabalho. Os exilados percebiam estar contribuindo, através de seu ofício, para a construção de um outro país. A propaganda oficial do governo da FRELIMO estimulava esta visão do mundo do trabalho, reforçando a necessidade do sacrifício e justificando problemas como os baixos salários. Reclamar dessas condições era criticar o processo em que se estava inserido e lutando.

O fato dos brasileiros em Moçambique terem ocupado cargos que antes da independência eram exercidos por colonizadores não representou uma dificuldade na relação com a população de uma forma geral, mas, em determinados locais de trabalho, exigiu uma reorganização e reestruturação das práticas cotidianas. Na universidade, por exemplo, conforme coloca João Massena Melo Filho<sup>13</sup>, existiam fortes resquícios do período colonial nas relações entre professores e alunos, o que levava esses últimos a se dirigirem de forma subalterna aos professores. O trabalho exigia repensar e discutir práticas que estavam enraizadas na cultura do país, em função do longo período colonial. As relações entre professores e alunos eram extremamente autoritárias, inclusive nas escolas primárias e secundárias, onde, por exemplo, a violência física contra o aluno era prática recorrente, resquício do período colonial, e defendida por grande

parte da população. Os filhos de exilados que estudavam nas escolas públicas moçambicanas também estavam submetidos a estas práticas.

Além disso, os moçambicanos contrários ao novo governo criticavam as propostas da FRELIMO:

Eu tive algumas surpresas na aviação, as dificuldades políticas eram muito grandes, porque os portugueses e moçambicanos da aviação, principalmente os pilotos, eram completamente diferentes do ambiente que eu tinha aqui no Brasil. Eles eram contra a FRELIMO, eram contra aquele estado de coisas, aquele processo revolucionário. E isso ocasionou muitos problemas políticos, principalmente para mim porque fui ser lá chefe de operações. Então eu tinha um cargo que era um cargo muito político. Era um cargo que eu tinha que estar sempre em choque com esses moçambicanos e portugueses. (...). Eles se tornaram moçambicanos só para serem comandantes, só para serem promovidos. A maioria deles, quando saía em férias, fugia, não voltava, depois que já eram comandantes, depois que já tinham uma certa experiência, que podiam trabalhar em outro lugar (...).<sup>14</sup>

Em determinados setores profissionais a presença de pessoas contrárias ao governo da FRELIMO era maior e mais evidente, o que dificultava a adaptação. Weber, trabalhando na aviação, área que exige grande especialização e onde atuavam muitos moçambicanos descendentes de portugueses, encontrou sérias dificuldades, chegando a trabalhar em vôos onde a tripulação não lhe dirigia a palavra, pois era contrária aos caminhos políticos tomados pelo governo e Weber, como exilado, apoiava a FRELIMO.

Além disso, nesses setores de mão-de-obra especializada eram constantes os casos de sabotagem ou de denúncia de desvio e roubo de material. A revista *Tempo*<sup>15</sup>, publicada semanalmente em Moçambique, apresenta alguns artigos que acusam os departamentos da Universidade Eduardo Mondlane ou a Direção de Exploração dos Transportes Aéreos (DETA), empresa de aviação do governo moçambicano que posteriormente, em 1983, se transformou nas Linhas Aéreas Moçambicanas (LAM), por irregularidades tais como sumiço de material ou furto.

As cartas enviadas pelos brasileiros exilados em Moçambique ao Brasil representam um material importante para a análise de aspectos relacionados à vida cotidiana nesse país africano. A importância deste material é grande visto que o contato com o país acontecia, principalmente, através de correspondên-

cias. O telefone, na época, era pouco utilizado, pois, além de ser muito caro, era precário.

Para este trabalho foram utilizadas as cartas trocadas entre o casal João Massena e Rosa Prestes e os pais de Rosa, Maria do Carmo Ribeiro Prestes e Luiz Carlos Prestes. Não foi possível conseguir as correspondências dos demais entrevistados, pois eles haviam se desfeito do material. Com Maria do Carmo, foi possível ter acesso a diversas cartas. Mãe de filhos que viviam em diferentes países, criou o hábito de guardar em pastas separadas as cartas recebidas de cada filho.

Esse material foi analisado levando-se em consideração a quem era direcionado. Assim, podemos perceber, por exemplo, que nas cartas enviadas para Luiz Carlos Prestes o principal assunto é a vida e a organização política moçambicana enquanto que nas destinadas a Maria Prestes fala-se principalmente de aspectos relacionados à vida cotidiana, como as dificuldades encontradas, a falta de alguns produtos e o desenvolvimento e adaptação dos filhos à nova realidade. Tais correspondências demonstram claramente a esfera da vida ocupada por cada um e a presença de uma questão de gênero, onde cabia à mulher os assuntos ou problemas relacionados à vida cotidiana, à criação e educação dos filhos, e ao homem as questões públicas. Vale ressaltar que Luiz Carlos Prestes era uma figura pública, conhecida mundialmente por sua trajetória política de luta pelo socialismo.

A carta, hoje em dia, possui um caráter bem diferente do que possuía décadas atrás, no período em que estamos estudando. Frente ao avanço das diversas formas de comunicação entre os homens, hoje existe um número maior de canais de comunicação e uma grande rapidez nas trocas de informações, o que não acontecia na época.

Na análise deste material, foi levado em consideração que sua redação e envio aconteceram no final da década de 70 e início dos anos 80. Nesse período, embora já estivéssemos caminhando para um processo de redemocratização do país, a Ditadura Militar ainda vigorava. Frente a este quadro, as cartas foram escritas sob o temor de que fossem violadas no Brasil, antes de chegarem às mãos do destinatário, por isso nem todos os assuntos eram abordados. Isso não compromete a análise do material, pois seu objetivo é perceber, principalmente, os aspectos relacionados à vida cotidiana dos brasileiros exilados em Moçambique.

No período pesquisado, o correio, tanto o brasileiro quanto o moçambicano, era bastante lento e as cartas geralmente demoravam cerca de duas a quatro semanas para chegarem ao destinatário, quando não se perdiam no caminho. Assim, sua resposta demorava mais de um mês para chegar. Esse retardamento acabava modificando o caráter da correspondência, que era escrita a partir da previsão de que sua resposta não seria rápida.

As correspondências chegavam aos familiares através do correio convencional, por meio de brasileiros cooperantes que saíam de Moçambique de férias ou de parentes de exilados que visitavam Moçambique e logo retornariam ao Brasil. Quando enviadas através de um portador, ou seja, através de alguém de confiança, estas geralmente não passavam por uma autocensura por parte da pessoa que a escrevia, pois o risco de serem violadas no Brasil eram bem menores do que quando enviadas através do correio convencional. O medo em relação à violação das cartas era constante e descrito em diversas mensagens enviadas através de portadores. Essas chegavam ao destinatário com maior rapidez, dificilmente se extraviavam.

A correspondência representava uma das formas dos exilados se sentirem mais próximos de seus familiares, de aproximar suas vidas através de relatos dos acontecimentos cotidianos e de não se sentirem esquecidos pelos que ficaram no Brasil. Era uma forma de manter os laços. A lembrança é constantemente mencionada, existindo uma preocupação, principalmente em relação às crianças que estavam com seus pais em Moçambique, para que essas não se esquecessem dos familiares distantes. A partir da análise do trecho da carta abaixo, escrita nove meses após a chegada do casal João Massena e Rosa Prestes em Moçambique, percebemos a preocupação em relação à memória das crianças que, distantes, poderiam esquecer de alguns parentes:

Por aqui vamos todos bem. Elisa completou 4 anos e Andréia faz um ano no próximo dia 30 (...). O Dudu vai bem, como sempre “bem forte” pois continua comendo bem. Eles escutaram a fita que a mamãe mandou com os garotos cantando e ficaram muito contentes. Eles se lembram de todos aí em casa e sempre perguntam.<sup>16</sup>

Além dos problemas relacionados à adaptação ao novo país, à nova realidade, havia o medo de serem esquecidos, da distância geográfica afastá-los da família. “Escrevendo, é possível estar junto, próximo ao ‘outro’ através e no objeto carta, que tem marcas que materializam a intimidade” (Gomes 2004: 20). Uma das formas de promover esta aproximação era escrever sobre a vida cotidiana, os problemas enfrentados em família, o crescimento das crianças, o processo de adaptação, enfim, procurar manter o contato e escrever com uma certa frequência.

Procuravam, através das correspondências, reduzir a distância ou a solidão sentida longe da terra natal, por isso são constantes as reclamações em relação aos períodos em que não recebiam cartas. “O Ato de escrever para si e para o outro atenua as angústias da solidão, desempenhando o papel de um companhei-

ro, ao qual quem escreve se expõe, dando uma ‘prova’ de sinceridade” (Gomes 2004: 20). Elas representam também um desabafo, possibilitam que o exilado divida alguma dificuldade vivida com alguém de fora daquele círculo ou mesmo com alguém da família que poderia, apesar da distância física, compartilhar o problema fazendo-o se sentir menos sozinho, mais seguro, mais próximo.

É bastante presente nas correspondências a preocupação em demonstrar aos familiares distantes que a situação política e social em Moçambique estava sob controle. As informações que chegavam ao Brasil, através da imprensa ou de pessoas que passavam por Moçambique, preocupavam as famílias dos exilados que, por estarem longe, não tinham noção do que estava acontecendo neste país africano. Desta forma, em diversas cartas, aparecem afirmações de que a situação do país era estável ou que o problema de escassez de alimentos ou outros produtos não era tão grave, mas, na mesma correspondência, eram solicitados diversos produtos essenciais à vida cotidiana.

Essa contradição pode ser compreendida através da dificuldade que os brasileiros tinham em reconhecer os problemas internos da própria FRELIMO. Para o exilado, que já havia passado pela clandestinidade dentro do seu próprio país e por diversos locais, existia um sacrifício a ser realizado em nome das transformações em curso, reconhecer as dificuldades cotidianas poderia ser interpretado como sinal de fraqueza. Assim, quando os problemas inevitavelmente apareciam, eram entendidos como causados pela oposição ou procurava-se escondê-los para evitar a necessidade de explicá-los e, conseqüentemente, demonstrar esta fraqueza. Essa visão era difundida pelo próprio governo moçambicano, sendo percebida em diversas matérias da revista *Tempo*, que procurava sempre enxergar os problemas existentes como frutos de sabotagens ou resquícios do período colonial.

Essa idéia da necessidade de sacrifícios em nome da luta na qual se está envolvido, também apareceu nas entrevistas realizadas recentemente. Em função disso, para uma melhor análise de tudo o que foi vivido por estes brasileiros, é importante compreender que após derrotas políticas, perdas e diversos sacrifícios, vivia-se novamente a esperança de estar inserido em um projeto político transformador. Além disso, por estarem imersos em um ambiente de intensa propaganda política, determinadas atitudes, como por exemplo a reprovação a algumas posturas do governo ou a reclamação a respeito de problemas atravessados na vida cotidiana do país, poderiam ser condenáveis. Acima de tudo, para esses exilados, estava a contribuição para o desenvolvimento do país:

E a gente como tinha sido militante e passado pela clandestinidade, a pessoa tem muita facilidade de se adaptar a dificuldades. Então se não tiver comida não tem. Vai fazer o quê? Come o que tem. A gente não fica muito ligado a isso. É diferente com pessoas que

estão habituadas a outro tipo de vida e dá aquele corte e a pessoa fica assustada. Mas a gente que militou na clandestinidade tem muita facilidade de adaptação às circunstâncias, estas dificuldades não me incomodam muito.<sup>17</sup>

Com a independência, iniciou-se a implementação de um modelo, idealizado pela FRELIMO, de edificação da economia socialista, onde se pretendia acelerar o crescimento através de elevadas taxas de investimento público e, simultaneamente, ampliar o acesso da população aos principais serviços. Nos primeiros anos de independência, foram realizadas intervenções do governo e algumas empresas foram nacionalizadas (Mosca 1999: 108).

As nacionalizações, apesar de terem facilitado o acesso da população a determinados serviços, como por exemplo a educação, causaram uma queda na qualidade dos serviços oferecidos em consequência do grande aumento da procura. Não havia uma estrutura que pudesse atender a essa nova demanda. A economia moçambicana não resistiu às transformações empreendidas nesses primeiros anos de independência, ocorrendo uma grande queda de produtividade.

O fluxo de pessoas em direção às cidades maiores de Moçambique também cresceu muito. Um número significativo de moçambicanos, através de empresas de recrutamento, imigrava para a África do Sul com o objetivo de trabalhar nas minas. Com a independência, os dois países cortaram relações. A partir de então, este recrutamento passou a ser feito pelo Ministério do Trabalho moçambicano que restringiu em mais de 60% o número de trabalhadores que poderiam imigrar para a África do Sul. Assim, o número de trabalhadores que saíram do sul de Moçambique e passaram a migrar para Maputo, por exemplo, cresceu muito após a independência, agravando o problema de abastecimento da cidade (Mosca 1999: 103).

Acrescenta-se ainda que, em um curto período de tempo, as principais empresas moçambicanas estavam nas mãos do Estado. Este criou uma estrutura bastante burocrática, em que os próprios gestores das unidades de produção não possuíam autonomia para identificar suas necessidades e encomendar o maquinário ou contatar empresas fornecedoras. Esta situação levou “quase sempre a chegada tardia dos aprovisionamentos às unidades de produção, em quantidades e tipos de produtos nem sempre coincidentes com as solicitadas, com preços agravados devido ao número de intervenientes, entre outros aspectos.” (Mosca 1999: 121). Além disso, diversas importações, consideradas pelo governo como artigos de luxo, deixaram de ser autorizadas.

A realidade da cidade de Maputo era bastante distinta da encontrada nos países europeus ou mesmo nas grandes cidades brasileiras. Entretanto, a falta de determinados bens de consumo, nesses anos iniciais de independência moçambicana,

frente à euforia causada pelo momento vivido, era encarada como uma etapa necessária e não era vista como um problema causado pela política econômica da FRELIMO. Em diversas cartas são solicitados produtos essenciais para a vida cotidiana, mas a sua falta em Moçambique é avaliada como decorrente dos problemas originados no período colonial ou por grupos contrários ao governo da FRELIMO e que dificultavam, com boicotes, o desenvolvimento do país. Esse discurso é visível em diversos artigos da revista *Tempo*, publicados na segunda metade da década de 1970.

Além da escassez de alimentos, existia um problema com a obtenção de moradia, que era cedida pelo governo para os estrangeiros. O próprio casal João e Rosa e seus quatro filhos residiram durante um ano na casa de um amigo brasileiro, pois o governo moçambicano era o responsável pela obtenção de imóvel e este processo era demorado. Embora existisse uma tentativa de, ao relatar a condição de vida em Moçambique nas cartas, amenizar essas dificuldades passadas no cotidiano, podemos perceber os problemas atravessados através dos objetos que são solicitados em diversas cartas:

Sobre casa por enquanto não temos nada, continuamos morando na casa do Ivanor, a qual já se tornou pequena pra tanta gente.(...)

Aqui vai uma pequena lista, caso você tenha portador que possa nos mandar:

Esponja de lavar louça

Pasta de dente

Sabonete

Neutrox

Gelatina

Doce

Bateria para máquina de calcular<sup>18</sup>

A valorização do país de origem é marcante no exílio e na formação da identidade do exilado, aspectos da cultura brasileira que no país eram ignorados ou não se dava tanto valor, no exílio ganham grande importância. O país passou a ser visto de uma forma bastante romantizada e idealizada. Essa idolatria a tudo que dizia respeito ao Brasil e à sua cultura não seria a mesma se se estivesse vivendo no próprio país.

A comemoração do Natal em Moçambique era feita pelos brasileiros de uma forma diferente. No Brasil, esta data religiosa geralmente é comemorada em família. Os brasileiros exilados em Moçambique, juntamente com os cooperantes, aproveitavam o Natal para se reunirem e, em uma tentativa de amenizar a saudade do Brasil e da família distante, faziam festas natalinas com samba

e comidas típicas. Estas festas reuniam um número grande de brasileiros que costumava atravessar a madrugada cantando músicas brasileiras e procurando juntos reduzir a dor que a distância causava. Além do Natal, os carnavais organizados pelo grupo de brasileiros também eram muito comentados na cidade e freqüentados por moçambicanos, alguns, inclusive, foram noticiados na revista *Tempo*. Estas festas foram descritas nas cartas enviadas para o Brasil e demonstram os caminhos trilhados para uma melhor adaptação na terra estrangeira, uma forma de valorizar as raízes, matar as saudades do país distante e se aproximar do moçambicano que tanto apreciava a cultura brasileira.

A receptividade que estes brasileiros tiveram em Moçambique era bastante positiva, principalmente dos grupos que viviam nas cidades:

Havia países ao lado em que eram negros que dominavam e exploravam os seus próprios... as suas próprias etnias. Eles tinham muito essa consciência que a questão da exploração e da dominação não é uma questão de cor, era uma questão da ideologia, e isso a gente sentiu muito lá. Então a integração foi no ser visto, nós éramos muito bem vistos. Depois como havia essa luta anti-colonial, anti-imperialista e pelo socialismo e nós éramos pessoas que também vínhamos de um comprometimento dessas lutas no Chile e no Brasil, então havia uns olhos bem vistos para a gente. Você sabia que você era bem recebido por essa postura também e depois éramos pessoas, aí eu posso falar até como a análise que eu faço do conjunto dos brasileiros que estavam lá na época, eram pessoas que trabalhavam com muita seriedade em prol da revolução e do desenvolvimento do país.<sup>19</sup>

Existia uma diferença na forma como os exilados eram enxergados pela população nos países europeus e como eram vistos pelos moçambicanos. Essa diferença marca a relação que o exilado estabeleceu com o meio em que vivia, e marca a formação de uma identidade, lembrando que sua construção está ligada ao outro, às formas como lida com o outro, como é visto pelo outro.

## O RETORNO

A justificativa para a necessidade de retorno ao Brasil no início da década de 1980 foi apresentada como uma necessidade de contribuir com sua formação para o desenvolvimento do Brasil, da sua terra, e não por possíveis dificuldades encontradas em Moçambique. Existia a necessidade de justificar o retorno ao

Brasil, esclarecer e explicar seus motivos, sendo este tema tratado em mais de uma correspondência. Ainda na carta de março de 1980, enviada para Luiz Carlos Prestes, João Massena justifica da seguinte forma a necessidade de retorno ao Brasil:

A nossa volta para o Brasil não é determinada por algum descontentamento, ou dificuldade aqui encontrada, mas sim pelo nosso dever de trabalhar no nosso país, independentemente das dificuldades que encontraremos.<sup>20</sup>

Na altura da independência, Moçambique não estava envolvido em nenhum conflito aberto, mas apoiava militarmente a libertação da Rodésia e temia, em função disso, possíveis represarias<sup>21</sup>, que ocorreram através de incursões nas províncias de Tete, Manica e Gaza. Em Maputo, capital do país neste primeiro momento, esses conflitos eram pouco sentidos. Segundo Minter, na década de 1980, a política externa sul-africana, em relação aos países vizinhos, transformou-se e esse país passou a adotar uma estratégia mais ofensiva frente às derrotas sofridas na segunda metade da década de 1970: Portugal havia se retirado de Angola e Moçambique e Zimbábue (Rodésia) havia conseguido a independência e a vitória nas eleições de um governo contrário aos interesses sul-africanos. Assim, “entre 1980 e 1982 a pressão militar contra Angola e Moçambique cresceu de uma reação de baixa intensidade para se transformar em um assalto generalizado e permanente” (Minter 1998:53). Essas transformações foram sentidas na capital do país e são percebidas nas cartas através do relato sobre o aumento de algumas dificuldades.

Em 1982, após viver durante seis meses no Brasil, onde não foi possível validar o diploma de Química junto às instituições federais de ensino, João Massena retornou a Moçambique. Neste período, as cartas já relatavam maiores dificuldades vividas no país, mas a culpa desta situação ainda era atribuída aos grupos que se opunham ao governo da FRELIMO, impondo gastos enormes com a defesa, o que acabava prejudicando o desenvolvimento dos projetos voltados para as áreas de saúde e educação. Novamente, a dificuldade de analisar os caminhos seguidos pela FRELIMO naquele momento e as formas como o governo lidava com alguns problemas estão relacionados ao fato de Moçambique ter sido o país de acolha, o país que, mais uma vez o havia recebido, que lhe deu emprego. Envolve também a esperança novamente depositada em participar de um processo de transformação social, reconhecer os erros da FRELIMO era, mais uma vez, enfrentar a derrota de um projeto político:

Em relação ao período em que cá estivemos muita coisa mudou: umas para melhor, outras para pior. (...) A luta de classes, em todos os setores, é visível e dura. Cada vez mais se sente a polarização: A FRELIMO, o governo conclama todo o povo para a consolidação da revolução e construção do socialismo – todas as atividades e apoio para a realização do IV Congresso da FRELIMO, realização e o êxito do IV Congresso vão ser um marco importante nesse período crucial da História de Moçambique. O outro pólo é a reação interna, a sabotagem no abastecimento, no comércio interno e mesmo na produção, os ‘bandos armados’ que são treinados e mandados pra cá pela África do Sul e atualmente a própria concentração de tropas na África do Sul na fronteira com Moçambique com preparação de provocações militares de grande envergadura. (...) Sendo Maputo uma cidade pequena, a reação utiliza o boato para criar o pânico e desestabilizar o país. Tem-se lutado contra isso (utilizam muito os estrangeiros).<sup>22</sup>

Na década de 1980, a guerra se tornou mais visível na cidade de Maputo, os problemas existentes eram relacionados a essa situação vivida pelo país. No trecho anterior, percebemos as dificuldades de se reconhecer os problemas internos da própria FRELIMO no momento em que se estava ainda vivendo em Moçambique. Entretanto, nas entrevistas realizadas recentemente, os motivos para o retorno ao Brasil já são apresentados relacionados às mudanças nos rumos políticos de Moçambique. O país não era mais aquele do período da independência, trilhava um outro caminho, uma série de problemas não havia sido resolvida e outros, como a corrupção, surgiam. Além disso, a situação do próprio Brasil havia se transformado, como relata João Massena:

E terceiro que aqueles valores, aquele sonho do homem novo, do tudo novo estava caindo. Então para nós conseguirmos às vezes uma coisa que era de nosso direito você tinha que corromper um funcionário, tinha que pagar, tinha que fazer coisas que eu nunca fiz e não aceitaria e jamais iria fazer.<sup>23</sup>

Com o retorno ao Brasil, houve uma transformação na visão em relação a esta experiência. Longe da forte propaganda governamental moçambicana, algumas críticas foram formuladas. Entretanto, a construção desta nova visão, em relação à experiência vivida, trouxe sofrimentos em função das abdições feitas em nome da crença e da esperança depositadas naquilo em que se estava vivendo.

Em 1979, o governo brasileiro assinou a Lei da Anistia. A partir de então, iniciou-se o retorno de diversos brasileiros que estavam exilados nos diferentes países. De Moçambique, nem todos retornaram neste momento. Alguns chegaram no início da década de 1980, outros em 1990 e ainda tem aqueles que vivem em Moçambique até os dias atuais.

## NOTAS

- 1 Andréia Prestes Massena é brasileira. Entretanto nasceu em Moscou, na URSS, quando seus pais foram estudar. Viveu boa parte de sua infância em Moçambique, no continente africano, onde a família foi viver em função da impossibilidade de retornar ao Brasil durante a Ditadura Militar. Andréia é bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na mesma universidade, concluiu o Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em História Comparada, em 2004. Atualmente é professora da rede pública e privada do Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro.
- 2 Segundo o censo realizado em Moçambique em 1997, 28% da população vive nas cidades.
- 3 Consideradas juntas as áreas rurais e urbanas, o português é falado por 8,8% da população e é a língua materna de apenas 6,5%. Este alcance tão pequeno da língua portuguesa ocorre porque sua penetração nas áreas rurais do país é ínfima. (Cf. Fry, 2001:35).
- 4 Conjunto de igrejas autônomas que misturam o cristianismo com práticas nativas africanas, enfatizam o exorcismo e a leitura do Antigo Testamento.
- 5 Segundo Carlos Fico (2004:38), apesar da preparação do golpe ter sido de fato civil-militar, os militares se sobressaíram em detrimento dos civis, conseguindo importantes cargos e implantando uma política intervencionista. Houve, durante a Ditadura, a ocupação por militares de agências governamentais e uma crescente militarização, deixando de lado o liberalismo que interessava aos grupos civis que haviam apoiado o golpe. Assim, ainda segundo Fico, podemos falar em golpe civil-militar, mas a Ditadura foi militar.
- 6 Angola e Moçambique, após a Revolução dos Cravos, estabeleceram acordos com Portugal, intermediados pelo Exército, que levaram à independência. Apesar da existência de grupos que lutavam pela libertação entre 1961 e 1974, esta só aconteceu a partir de acordos estabelecidos após a Revolução dos Cravos em Portugal, em Abril de 1974 (Ferro 1999: 340).
- 7 Em Moçambique o número de colonos que saíram com a independência do país foi menor se comparado com Angola, pois passou por uma transição mais pacífica.
- 8 A Lei da Anistia perdoou os acusados de crimes políticos no Brasil, possibilitando o retorno dos exilados ao país.
- 9 Leão, 4 de julho de 2002.
- 10 Bellucci, 28 de fevereiro de 2002.
- 11 Melo Filho, 26 de agosto de 2001.
- 12 Leão, 4 de julho de 2002.
- 13 Melo Filho, 26 de agosto de 2001.

- 14 Weber, 24 de setembro de 2001.
- 15 Revista de forte caráter ideológico, representava o pensamento da FRELIMO, ou seja, do partido único do governo.
- 16 Carta de Rosa Prestes para Luiz Carlos Prestes, Maputo, 26 de março de 1979.
- 17 Leão, 4 de julho de 2002.
- 18 Carta de Rosa Ribeiro Prestes para Maria do Carmo Ribeiro Prestes, 30 de agosto de 1982.
- 19 Bellucci, 1 de março de 2002.
- 20 Carta de João Massena Melo Filho para Luiz Carlos Prestes, 3 de setembro de 1980.
- 21 Antes da independência moçambicana a Rodésia utilizava suas rotas comerciais, em março de 1976 Moçambique implantou as sanções das Nações Unidas e fechou suas fronteiras para a Rodésia. Essas medidas contribuíram para a independência deste país vizinho a Moçambique, em 1979, e para o fim da guerra, mas causou imensos prejuízos econômicos ao país (Minter 1998: 41).
- 22 Carta de João Massena Melo Filho para Luiz Carlos Prestes, Maputo, 18 de dezembro de 1982.
- 23 Melo Filho, 26 de agosto de 2001.

### Fontes orais:

- BELLUCCI, Beluce. Entrevista concedida na cidade do Rio de Janeiro, em 27 e 28 de fevereiro e 1º de março de 2002.
- LEÃO, Rafton Nascimento. Entrevista concedida na cidade do Rio de Janeiro, em 31 de maio, 4 de julho e 11 de outubro de 2002.
- MELO FILHO, João Massena. Entrevista concedida na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 2001.
- WEBER, Íon Sá. Entrevista concedida na cidade de Teresópolis, em 24 de setembro de 2001.

### Livros e artigos:

- CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. et AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. (3ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FERRO, Marc. **História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XVIII a XX**. (2ª Reimpressão) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FRELIMO. **O processo revolucionário da guerra popular de libertação**. Maputo: 1977. 205p. Artigos coligidos do órgão de informação da FRELIMO. “A voz da Revolução” desde 1963 a 1974.
- FRY, Peter (org.). **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

- GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MINTER, William. **Os Contra do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique: 1994.
- MOSCA, João. **A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa- América, 1997.
- NUNES, Célia. **A armadilha: incorporação e exclusão na sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Educam: Clacso, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise. “The Brazilian Exile Experience: Remaking Identities”. In: **Latin American Perspectives**, volume 34, N°. 4 (2007): 81-105.
- SIRINELLI, Jean-François. “Génération et Histoire Politique”, cit., p. 69 apud ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.